Ano VII
n. 67 Out. 2026
ISSN 2675-2573

Revista

a PRIMEIRA EVOLUÇÃO

Brasil - Angola



Rosa Cardoso

Uma Vida Pela Educação

LANÇAMENTOS

UMA por TODAS!

UNIÃO DE MULHERES AUTÔNOMAS
UMA

Filiada à:
ABEC BRASIL
Associação Brasileira de Editores Científicos
ISSN INTERNATIONAL STANDARD SERIAL NUMBER BRAZIL
Crossref
sumários.org
Platform & workflow by OJS / PKP

www.primeiraevolucao.com.br

Revista a PRIMEIRA EVOLUÇÃO
Brasil - Angola

Ano VII - nº 67
Outubro de 2026
ISSN 2675-2573

Uma publicação bimestral da Editora Livro Alternativo

Coordenaram esta edição: Manuel Francisco Neto / Maria Mbuanda Caneca Gunza Francisco / Vilma Maria da Silva

https://primeiraevolucao.com.br https://doi.org/10.52078/g2yjnv63

Editor Responsável: Antônio Raimundo Pereira Medrado
Editor correspondente (ANGOLA): Manuel Francisco Neto

Coordenação editorial:
Ana Paula de Lima
Andreia Fernandes de Souza
Isac dos Santos Pereira
José Wilton dos Santos
Patrícia Martins da Silva Rede
Vilma Maria da Silva

Coordenação editorial (Angola):
Manuel Francisco Neto
Maria Mbuanda Caneca Gunza Francisco

Com. de Avaliação e Leitura:
Prof. Dr. Adeílson Batista Lins
Prof. Dr. Alexandre Passos Bitencourt
Profa. Esp. Ana Paula de Lima
Profa. Dra. Andreia Fernandes de Souza
Profa. Bianca de Assis Pirahy
Profa. Dra. Denise Mak
Prof. Me. Edson da Conceição Graça (Angola)
Prof. Me. Isac dos Santos Pereira
Prof. Dr. Manuel Francisco Neto (Angola)
Profa. Ma. Maria Mbuanda Caneca Gunza Francisco (Angola)
Profa. Esp. Mirella Clerici Loayza
Prof. Me. Tavares dos Santos Muhongo (Angola)
Profa. Dra. Thaís Thomaz Bovo
Prof. Me. Wilder Dala Quinjango (Angola)

Bibliotecária:
Patrícia Martins da Silva Rede

Jornalista:
Luciana Cardoso de Souza

Colunistas:
Prof. Dr. Adeílson Batista Lins
Profa. Bianca de Assis Pirahy
Prof. Dr. Isac Chateauneuf
Jornalista João Domingos Terin (William Terin)
Profa. Ma. Cleia Teixeira da Silva
Prof. Me. José Wilton dos Santos
Profa. Esp. Mirella Clerici Loayza

Web-edição:
T.I Lee Anthony Medrado

Assessoria Jurídica
Júlio César dos Santos
OAB/SP 344263

Contatos
Tel. 55(11) 99543-5703
Whatsapp: 55(11) 99543-5703
primeiraevolucao@gmail.com (S. Paulo)
netomanuelfrancisco@gmail.com (Luanda)
https://primeiraevolucao.com.br

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Revista Primeira Evolução [recurso eletrônico] / [Editor] Antonio Raimundo Pereira Medrado. – ano 7, n. 67 (out. 2026). – São Paulo : Edições Livro Alternativo, 2026.
208 p. : il. color

Bibliografia
Publicação contínua desde 2020.
Bimestral
e-ISSN 2675-2573
Disponível apenas online.
Modo de acesso: https://primeiraevolucao.com.br
DOI: https://doi.org/10.52078/8mwejh64

1. Educação – Periódicos. 2. Pedagogia – Periódicos. I. Medrado, Antonio Raimundo Pereira, editor. II. Título.

CDD 22. ed. 370.5

Patrícia Martins da Silva Rede – Bibliotecária – CRB-8/5877

Em parceria com:

São Paulo | 2026

Publicada no Brasil por:
Livro Alternativo
www.livroalterntaivo.com.br
CNPJ: 28.657. 494/0001-09

Revista EVOLUÇÃO
ISSN: 2675-2573

SUMÁRIO

Ano VII - Nº 67 - Out. 2026

05 EDITORIAL
Antonio R P Medrado

08 Ciência, Tecnologia & Sociedade
Adeilson Batista Lins

09 Catalog'Art; Naveg'Ações de Estudantes
Isac Chateauneuf

11 ROSA CARDOSO: Uma vida pela educação
Luciana Cardoso de Souza



ARTIGOS

1. REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DA PRÓ-SOCIABILIDADE: UMA ESSÊNCIA INTEGRADORA DA PERSONALIDADE DO ALUNO DA ESCOLA COMANDANTE BULA, NA PROVÍNCIA DO HUAMBO
Alberto Praia Tchinhama 17

2. POLÍTICAS PÚBLICAS PARA AS MICRO, PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS (MPME) EM ANGOLA: DESAFIOS, INSTRUMENTOS, IMPLEMENTAÇÃO E PERSPECTIVAS PARA O DESENVOLVIMENTO EMPRESARIAL
António Evaristo 22

3. AS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR EM ANGOLA: DILEMAS E DESAFIOS EM TEMPOS FRATURADOS
Faustino Moma Tchipesse /Miguel Divovo 29

4. AS PROPRIEDADES FUNDAMENTAIS DAS EQUAÇÕES EXPONENCIAIS E SUA APLICAÇÃO NA RESOLUÇÃO DE PROBLEMAS MATEMÁTICOS NO CURSO DE CIÊNCIAS FÍSICAS E BIOLÓGICAS.
Félix Osvaldo Ferreira Chingolo 37

5. A ORIENTAÇÃO PROFISSIONAL E A ESCOLHA DA PROFISSÃO NO CONTEXTO ANGOLANO
Fernando Massi Argentino 44

6. A PARTICIPAÇÃO DO MOTO-TAXISTA NA SUSTENTABILIDADE ECONÔMICA DAS FAMÍLIAS EM ANGOLA: UM ESTUDO DE CASO NO MUNICÍPIO DE CAZENGO, PROVÍNCIA DO CUANZA-NORTE
Fernando Pascoal da Silva/Elisa João Esteves Cazola/Ondina Francisco Futa 49

7. MATEMÁTICA COMO CONSTRUÇÃO COGNITIVA: CONTRIBUIÇÕES DA EPISTEMOLOGIA GENÉTICA
Glaucimer Silva Batista de Almeida 55

8. A ESCOLA TAMBÉM ENSINA PELO ESPAÇO: AMBIENTE FÍSICO, CONFORTO E CONDIÇÕES DE APRENDIZAGEM NA EDUCAÇÃO BÁSICA
Joana Cristina de Barros 59

9. A COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA NO ENFRENTAMENTO AO BULLYING: PREVENÇÃO, INTERVENÇÃO E CONSTRUÇÃO DA CONVIVÊNCIA ÉTICA
Joice Pereira Marques 66

10. O IMPACTO DAS NOVAS TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO NO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM EM ANGOLA
José António Afonso Joaquim 71

11. IMPLEMENTAÇÃO DE LINK DE FIBRA ÓPTICA ENTRE OS POLOS DO INSTITUTO SUPERIOR POLITÉCNICO DEOLINDA RODRIGUES: UM ESTUDO DE VIABILIDADE
José Miguel Kissanga Vunge 79

12. ALGUNS ESTUDOS SOBRE AS EXPETATIVAS COMPORTAMENTAIS DOS ESTUDANTES DIANTE DA APRENDIZAGEM EM ALGUNS PAÍSES EUROPEUS, AMERICANOS E AFRICANOS
Manuel Francisco Neto/Maria Mbuanda Caneca Gunza Francisco 85

13. ENTRE O TEMPO DE ENSINAR E O TEMPO DE APRENDER: OS DESAFIOS DA ORGANIZAÇÃO CURRICULAR NA EDUCAÇÃO BÁSICA
Maria Angela Ferreira Oliveira 90

14. EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA: POLÍTICAS E PRÁTICAS NA REDE MUNICIPAL PAULISTANA
Maria Madalena Sampaio Silva 96

15. EDUCAÇÃO, MEMÓRIA E TERRITÓRIO: A VALORIZAÇÃO DAS EXPERIÊNCIAS LOCAIS NA CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO ESCOLAR
Marissol Caetano Ferreira de Fonte 101

16. A AÇÃO SUPERVISORA NO FORTALECIMENTO DA EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS: DESAFIOS E POSSIBILIDADES NAS UNIDADES ESCOLARES DO MUNICÍPIO DE SÃO VICENTE (SP)
Marli Aparecida Rosa 107

17. FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: ESTUDO NO PANGUILA
Milton Gil Zaia Jacinto 113

18. A ESCOLA QUE ESCUTA: PARTICIPAÇÃO ESTUDANTIL E CONSTRUÇÃO DE PRÁTICAS PEDAGÓGICAS DEMOCRÁTICAS
Natalia Gordiano 119

19. TECNOLOGIA NA EDUCAÇÃO INFANTIL: ENTRE O LÚDICO, O DIDÁTICO E O ÉTICO
NAYANE BRITO VERAS GODINHO HERMISDORF 124

20. VULNERABILIDADE DIFERENCIADA À SECA NO SUL DE ANGOLA: ANÁLISE QUANTITATIVA E MAPEAMENTO POR SENSORIAMENTO REMOTO
Ngombo Rodrigues Lucau/Heidi Morais Quimuanga/ Casimiro Manuel Agostinho 130

21. ESTRATÉGIA PEDAGÓGICA PARA FACILITAR O APRENDIZADO ONLINE AOS ESTUDANTES DO ENSINO SUPERIOR ANGOLANO COM FOCO NO FOVO (FORMATO ONLINE DE VIDEOAULAS)
Pedro Isaac/Mateus Queiroz Tchamolehã 138

22. VACINAÇÃO PSICOLÓGICA NA ÁREA EDUCACIONAL: ALFABETIZAÇÃO EMOCIONAL E PREVENÇÃO NO CONTEXTO ESCOLAR
Rafaela Gois Zirpolo 143

23. LEITURA NA PRIMEIRA INFÂNCIA: MEDIAÇÃO, LITERATURA E FORMAÇÃO DO LEITOR NA EDUCAÇÃO INFANTIL
Roseli Brito Tenório Ramos 149

24. A ESCOLA PARA ALÉM DOS RESULTADOS: A FORMAÇÃO HUMANA EM TEMPOS DE PRODUTIVIDADE EDUCACIONAL
Rosemeire de Araujo Fonseca 155

25. A REFORMA EDUCATIVA E OS DESAFIOS DA PROFISSIONALIZAÇÃO DOCENTE EM ANGOLA
Sabino Lázaro Argentino 160

26. ERROS SILENCIOSOS NO ENSINO REGULAR EM ANGOLA
Santos Kulua João 166

27. A OBRIGATORIEDADE À TRANSFORMAÇÃO DAS PRÁTICAS: A IMPLEMENTAÇÃO DA COMISSÃO DE ACOLHIMENTO ÀS VÍTIMAS DE RACISMO E XENOFOBIA NA EDUCAÇÃO INFANTIL
Tatiana Miranda Lima 174

28. AUDITORIA NO PROCESSO DE CONTROLO INTERNO PARA PREVENÇÃO DE ERROS E FRAUDES NAS PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS (PME)
Vasco Fragata Moniz 178

29. CONHECIMENTO E PRÁTICA NA TITULAÇÃO DA REACÇÃO WIDAL
Vernete Nginga Sebastião/Violeta Ana Jaime da Silva André 184

30. CONFLITOS FAMILIARES E EFEITOS COLATERAIS DO FENÔMENO ACUSATIVO DO FEITIÇO. SUAS CAUSAS, CONSEQUÊNCIAS E A SUA PREVENÇÃO. OBJETO DE ESTUDO NO MUNICÍPIO DO CHINJENJE-PROVÍNCIA DO HUAMBO.
Walter Albino António Sassoma 189

31. FURTOS ESCOLARES NO ENSINO PRIMÁRIO E SUA INFLUÊNCIA NO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM DOS ALUNOS: CASO DA ESCOLA PRIMÁRIA Nº 5077, MUNICÍPIO DE CALUMBO, ZANGO IV
Wilder Dala Quinjango 195

32. AS VANTAGENS E DESVANTAGENS DA VENDA AMBULANTE DESORDENADA EM CACUACO DE 2021/2023
Zacarias Kameia 201

Revista a EVOLUÇÃO
ISSN 2675-2573
@primeiraevolucao
https://primeiraevolucao.com.br

EDUCAÇÃO, MEMÓRIA E TERRITÓRIO: A VALORIZAÇÃO DAS EXPERIÊNCIAS LOCAIS NA CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO ESCOLAR

Marissol Caetano Ferreira de Fonte[1]

RESUMO: A relação entre escola e território constitui uma dimensão relevante da formação educacional, especialmente quando se considera que os estudantes chegam às instituições de ensino com experiências, conhecimentos e referências construídos nos espaços onde vivem. Este artigo tem como objetivo analisar a importância da memória coletiva e das experiências territoriais na construção do conhecimento escolar, discutindo possibilidades de articulação entre currículo, realidade local e formação crítica. A pesquisa caracteriza-se como bibliográfica, de abordagem qualitativa, fundamentada nas contribuições de Santos (1996), Halbwachs (1990), Freire (1996) e Gruenewald (2003). A discussão aborda o território como espaço de relações sociais, a memória como construção coletiva, a valorização dos conhecimentos produzidos nas comunidades e os desafios de incorporar experiências locais às práticas pedagógicas. Argumenta-se que o reconhecimento do território não significa restringir a formação dos estudantes à realidade imediata, mas utilizá-la como referência para compreender processos históricos, culturais, sociais e ambientais mais amplos. A análise aponta que práticas educativas relacionadas à memória e ao território podem favorecer o pertencimento, a investigação e a participação, desde que sejam desenvolvidas com rigor pedagógico e atenção à diversidade das experiências comunitárias. Conclui-se que a articulação entre escola, memória e território contribui para uma educação que reconhece os sujeitos como participantes da produção histórica e social do conhecimento.

Palavras-chave: Educação e território. Memória coletiva. Conhecimento escolar. Identidade local. Práticas pedagógicas.

1. INTRODUÇÃO

A educação escolar acontece em instituições situadas em contextos sociais, históricos e culturais específicos. Embora os currículos estabeleçam conhecimentos comuns, a experiência educativa se desenvolve em territórios marcados por diferentes trajetórias, relações comunitárias e formas de organização da vida cotidiana.

Os estudantes não chegam à escola desprovidos de conhecimentos. Antes mesmo de iniciarem a escolarização formal, estabelecem relações com familiares, vizinhos, espaços públicos, manifestações culturais e situações que contribuem para a construção de suas interpretações sobre o mundo.

Entretanto, essas experiências nem sempre encontram reconhecimento nas práticas pedagógicas.

Em determinadas situações, o conhecimento escolar é apresentado como realidade distante do cotidiano, organizada exclusivamente em conteúdos e referências que parecem não estabelecer relações com os lugares onde os estudantes vivem.

Essa separação pode limitar as oportunidades de compreender como processos históricos, científicos, culturais e sociais se manifestam nas experiências concretas das comunidades.

Freire (1996) defende a importância do respeito aos saberes dos educandos, reconhecendo que a prática educativa precisa considerar os conhecimentos construídos em suas experiências sociais.

Essa compreensão não implica substituir o conhecimento científico pelas interpretações cotidianas, mas estabelecer relações que favoreçam a ampliação e a problematização dos saberes.

Santos (1996), ao analisar a natureza do espaço, contribui para compreender o território como resultado de relações entre objetos, ações e processos históricos. Essa perspectiva permite ultrapassar interpretações que reduzem os lugares à sua localização geográfica.

1 1 Licenciatura Plena em Pedagogia. Pós graduação em Alfabetização de alunos com TEA. Professora de Educação Infantil, PEI na Prefeitura Municipal de São Paulo, SME, PMSP. Email: marissol414@gmail.com

Gruenewald (2003), por sua vez, apresenta fundamentos para uma educação consciente dos lugares, considerando suas dimensões sociais, políticas, culturais e ecológicas.

Essas contribuições oferecem possibilidades para analisar o território como referência pedagógica e a memória coletiva como elemento importante para a compreensão das transformações sociais.

Diante dessas considerações, o presente artigo tem como objetivo discutir as relações entre educação, memória e território, analisando suas contribuições para a construção do conhecimento escolar e para o desenvolvimento de práticas pedagógicas contextualizadas.

2. METODOLOGIA

O estudo caracteriza-se como pesquisa bibliográfica, de abordagem qualitativa e natureza analítico-reflexiva.

A fundamentação teórica considera as contribuições de Halbwachs (1990), sobre a construção social da memória; Santos (1996), acerca das relações entre espaço e sociedade; Freire (1996), referente aos saberes dos educandos; e Gruenewald (2003), sobre a educação fundamentada na compreensão crítica dos lugares.

A análise foi organizada em eixos temáticos relacionados ao território como espaço educativo, à construção coletiva da memória, às relações entre conhecimento escolar e experiências locais, às possibilidades de investigação pedagógica e aos desafios da valorização dos saberes comunitários.

Por se tratar de pesquisa bibliográfica, não foram realizadas entrevistas, observações de campo ou coleta de relatos de moradores. As situações pedagógicas discutidas possuem caráter analítico e propositivo, sem representar resultados de experiências empíricas específicas.

3. O TERRITÓRIO COMO ESPAÇO DE RELAÇÕES E APRENDIZAGENS

O território não pode ser compreendido apenas como uma extensão geográfica delimitada por ruas, bairros ou fronteiras administrativas.

Os lugares são constituídos por relações sociais, práticas culturais, formas de ocupação e processos históricos que influenciam a maneira como as pessoas vivem e compreendem a realidade.

Santos (1996) analisa o espaço geográfico considerando as relações entre sistemas de objetos e sistemas de ações. Essa perspectiva contribui para compreender que os ambientes são continuamente transformados pelas atividades humanas e pelas condições históricas em que essas atividades acontecem.

Uma praça, por exemplo, não representa apenas uma área destinada ao lazer. Pode constituir-se como espaço de convivência, manifestações culturais, encontros comunitários ou disputas relacionadas à sua utilização.

Da mesma forma, uma escola pública não se resume ao conjunto de edificações que abriga. Sua presença pode estar relacionada à história de mobilizações comunitárias, às transformações urbanas e às experiências de diferentes gerações.

Essas relações oferecem possibilidades de investigação pedagógica.

O estudo de um bairro pode envolver conhecimentos de geografia, história, matemática, língua portuguesa, ciências e artes. A análise das transformações na ocupação do solo, por exemplo, permite discutir mudanças ambientais, crescimento populacional, políticas urbanas e condições de moradia.

Entretanto, utilizar o território como referência educativa não significa limitar o currículo à realidade local. A compreensão de fenômenos mais amplos continua indispensável à formação escolar.

O desafio consiste em estabelecer relações entre experiências próximas e processos que ultrapassam os limites da comunidade.

As características de determinado bairro podem ser analisadas em conexão com a urbanização, as desigualdades socioespaciais, as transformações econômicas e as políticas públicas.

Assim, o território deixa de ser utilizado apenas como ilustração de conteúdos previamente definidos e passa a constituir uma possibilidade de investigação das relações entre o local e o global.

4. MEMÓRIA COLETIVA E CONSTRUÇÃO DAS IDENTIDADES

A memória ocupa posição importante na maneira como indivíduos e grupos compreendem suas experiências.

Embora envolva lembranças pessoais, sua construção também depende das relações sociais e das referências compartilhadas.

Halbwachs (1990) destaca que a memória individual se desenvolve em relação aos grupos dos quais os sujeitos participam. As lembranças são organizadas e reconstruídas a partir de referências sociais que influenciam a maneira como o passado é interpretado.

Essa perspectiva permite compreender que a memória de uma comunidade não corresponde simplesmente à soma das recordações de seus moradores.

Trata-se de uma construção coletiva, marcada por diferentes experiências, interpretações e possibilidades de transmissão.

No contexto educacional, a investigação das memórias locais pode contribuir para ampliar a compreensão dos processos históricos.

Relatos sobre a formação de um bairro, a construção de equipamentos públicos, as mudanças nas atividades econômicas e as transformações nas relações comunitárias oferecem referências que podem ser analisadas pedagogicamente.

Entretanto, é necessário reconhecer que a memória não constitui um registro neutro ou completo do passado. As lembranças são seletivas e podem apresentar diferenças conforme as experiências dos sujeitos.

Determinados acontecimentos podem receber grande destaque nas narrativas comunitárias, enquanto outros permanecem pouco conhecidos ou são interpretados de maneira divergente.

Essa característica não diminui o valor da memória como objeto de estudo. Ao contrário, oferece oportunidades para desenvolver procedimentos de investigação, comparação de fontes e análise crítica.

Uma atividade envolvendo relatos de moradores, por exemplo, pode ser acompanhada da consulta a documentos, fotografias, mapas e registros institucionais.

A comparação entre diferentes fontes permite compreender que a produção do conhecimento histórico exige interpretação e contextualização.

Também é importante reconhecer que as comunidades não possuem identidades homogêneas.

Pessoas que compartilham um território podem apresentar trajetórias, condições de vida e interpretações bastante distintas.

A valorização da memória coletiva não deve, portanto, produzir narrativas únicas que eliminem conflitos, diferenças ou experiências menos reconhecidas.

5. A RELAÇÃO ENTRE CONHECIMENTOS ESCOLARES E SABERES COMUNITÁRIOS

A escola possui a responsabilidade de oferecer acesso a conhecimentos sistematizados, ampliando as possibilidades de compreensão da realidade.

Essa função não exige que os saberes produzidos nas experiências comunitárias sejam desconsiderados.

Freire (1996) reconhece a importância dos conhecimentos construídos pelos educandos em suas práticas sociais, defendendo que a educação estabeleça relações críticas com essas experiências.

Entretanto, reconhecer os saberes comunitários não significa atribuir a todas as interpretações o mesmo estatuto científico.

É necessário distinguir o valor cultural e social de um conhecimento de sua validade para explicar determinados fenômenos.

Uma prática tradicional pode constituir objeto importante de estudo histórico e cultural, mesmo quando algumas de suas explicações não encontram sustentação científica.

O trabalho pedagógico precisa oferecer condições para que os estudantes compreendam essas diferenças, desenvolvendo procedimentos de observação, análise e argumentação.

A investigação de práticas alimentares presentes na comunidade, por exemplo, pode contribuir para estudar conhecimentos relacionados à história, à cultura, à biologia e à saúde.

Da mesma forma, as experiências de trabalhadores locais podem oferecer referências para compreender processos econômicos, transformações tecnológicas e relações sociais.

Essas possibilidades demonstram que o território pode funcionar como ponto de partida para a elaboração de problemas pedagógicos.

Contudo, a contextualização não deve transformar-se em simples utilização de exemplos conhecidos para tornar os conteúdos mais agradáveis.

Sua relevância está na possibilidade de estabelecer relações explicativas entre experiências concretas e conhecimentos sistematizados.

Quando essas relações são desenvolvidas criticamente, os estudantes podem compreender que suas experiências estão inseridas em processos mais amplos e que a realidade cotidiana também pode ser investigada por meio do conhecimento científico.

6. EDUCAÇÃO BASEADA NO LUGAR E FORMAÇÃO CRÍTICA

A utilização dos lugares como referência pedagógica encontra fundamentação nas discussões sobre educação baseada no lugar.

Gruenewald (2003) defende a articulação entre a pedagogia crítica e abordagens educativas centradas nos lugares, considerando que as experiências humanas são influenciadas pelas relações sociais, ambientais e políticas estabelecidas no espaço.

Essa perspectiva não compreende o território apenas como ambiente físico, mas como realidade marcada por interesses, conflitos e possibilidades de transformação. O estudo de um curso de água existente nas proximidades da escola, por exemplo, pode ultrapassar a identificação de suas características naturais.

A investigação pode envolver condições de preservação ambiental, alterações provocadas pela urbanização, políticas de saneamento e responsabilidades relacionadas ao uso dos recursos naturais.

Da mesma forma, o estudo de um equipamento cultural pode envolver sua história, as condições de acesso, as atividades desenvolvidas e sua importância para diferentes grupos sociais.

Essas abordagens permitem relacionar o conhecimento escolar a problemas concretos, sem abandonar o rigor necessário à aprendizagem.

Entretanto, a educação baseada no lugar precisa evitar interpretações romantizadas das comunidades.

Nem todos os territórios oferecem as mesmas condições materiais, culturais ou ambientais. Diferentes regiões podem apresentar desigualdades relacionadas à infraestrutura, à disponibilidade de serviços e às oportunidades de participação social.

A valorização do território não deve ocultar essas condições. Ao contrário, a investigação pedagógica pode contribuir para compreender as relações entre a organização do espaço e a distribuição desigual de recursos.

Nesse sentido, conhecer o lugar também significa reconhecer seus problemas e analisar possibilidades de transformação.

A educação territorial adquire maior relevância quando permite relacionar pertencimento, conhecimento e reflexão crítica.

7. PRÁTICAS PEDAGÓGICAS RELACIONADAS À MEMÓRIA E AO TERRITÓRIO

A articulação entre educação, memória e território pode ocorrer por meio de diferentes estratégias pedagógicas.

Uma possibilidade consiste na investigação da história de instituições e espaços públicos presentes na comunidade.

A pesquisa pode envolver levantamento de documentos, análise de registros fotográficos, consulta a publicações e estudo das transformações ocorridas ao longo do tempo.

Outra possibilidade envolve o desenvolvimento de atividades de história oral, mediante planejamento adequado e respeito às condições éticas de participação dos entrevistados.

Os estudantes podem elaborar questões, registrar depoimentos autorizados e comparar diferentes interpretações sobre acontecimentos locais.

Essas atividades oferecem oportunidades para desenvolver competências relacionadas à leitura, à escrita, à comunicação e à análise de fontes.

Entretanto, a utilização de depoimentos exige atenção à privacidade e ao consentimento, especialmente quando envolve informações pessoais, imagens e gravações.

Também é necessário assegurar que os participantes compreendam os objetivos da atividade e as formas previstas de utilização dos registros.

O mapeamento de espaços comunitários representa outra estratégia possível. A identificação de bibliotecas, centros culturais, praças, equipamentos esportivos e outros ambientes pode contribuir para discutir as relações entre organização urbana e acesso aos serviços públicos. Essas informações podem ser articuladas à produção de textos, gráficos, mapas e materiais de divulgação.

A elaboração de exposições sobre transformações do bairro também oferece possibilidades de integração curricular.

Fotografias de diferentes períodos, quando disponíveis e devidamente identificadas, podem ser analisadas em conjunto com documentos e narrativas, permitindo observar mudanças na paisagem e nas formas de utilização dos espaços.

É importante destacar que tais propostas não devem ser desenvolvidas apenas como atividades comemorativas.

Sua relevância pedagógica depende da definição de objetivos, da seleção de fontes e da elaboração de procedimentos que permitam produzir conhecimentos.

A investigação da memória e do território precisa, portanto, ser acompanhada de planejamento e avaliação compatíveis com os conteúdos e as habilidades que se pretende desenvolver.

8. A ESCOLA COMO PARTICIPANTE DA MEMÓRIA COMUNITÁRIA

A escola também integra a história dos territórios em que está situada.

Ao longo do tempo, suas atividades podem envolver diferentes gerações, profissionais, famílias e grupos comunitários.

Essa trajetória produz registros, experiências e relações que contribuem para a construção de referências coletivas.

A memória institucional, entretanto, não deve ser confundida exclusivamente com documentos administrativos ou relatos de dirigentes.

Professores, funcionários, estudantes, familiares e integrantes da comunidade podem apresentar perspectivas distintas sobre acontecimentos e transformações.

A preservação dessa diversidade contribui para construir interpretações mais amplas da história institucional.

Além disso, a organização de acervos documentais e a conservação de registros podem favorecer a continuidade das experiências educativas.

Projetos, produções estudantis, fotografias e documentos podem constituir fontes relevantes para compreender mudanças nas práticas pedagógicas e nas relações comunitárias.

Contudo, preservar a memória não significa apenas acumular materiais.

É necessário estabelecer critérios de seleção, identificação, conservação e acesso, respeitando

direitos autorais, privacidade e regras relacionadas à proteção de dados pessoais.

A memória institucional pode contribuir para o planejamento educativo quando permite analisar experiências anteriores, identificar transformações e compreender dificuldades enfrentadas ao longo do tempo.

Esse processo também exige atenção crítica.

A história de uma instituição não se limita às realizações celebradas oficialmente. Inclui conflitos, dificuldades e experiências que podem ter recebido menor reconhecimento.

Uma abordagem comprometida com a pluralidade deve considerar diferentes participantes e evitar narrativas que apresentem a trajetória institucional como resultado exclusivo da atuação de determinadas pessoas.

A construção da memória coletiva torna-se mais significativa quando reconhece a contribuição de sujeitos que, mesmo sem ocupar posições de destaque, participaram da formação e da continuidade das experiências comunitárias.

9. DESAFIOS PARA A VALORIZAÇÃO PEDAGÓGICA DO TERRITÓRIO

A incorporação da memória e do território às práticas educativas enfrenta dificuldades que precisam ser consideradas.

Uma delas está relacionada à organização curricular. A pressão pelo cumprimento de conteúdos e a distribuição rígida das atividades podem limitar o desenvolvimento de projetos que exigem investigação, consulta a fontes e articulação entre componentes curriculares.

Outro desafio envolve a formação dos professores.

A utilização pedagógica do território exige conhecimentos metodológicos que permitam transformar experiências locais em objetos de investigação.

Não basta realizar visitas, solicitar relatos ou organizar exposições. É necessário estabelecer problemas, selecionar procedimentos de análise e relacionar os resultados aos objetivos educacionais.

Também existem limitações relacionadas à disponibilidade de materiais e à infraestrutura das instituições.

O acesso a arquivos, equipamentos de registro, transporte e espaços comunitários pode variar consideravelmente entre diferentes realidades escolares. Nesse sentido, a defesa de práticas territorializadas precisa considerar as condições concretas de sua realização.

Outro risco consiste na utilização de concepções simplificadas sobre a comunidade.

A tentativa de representar determinado território por uma única identidade cultural pode desconsiderar diferenças relacionadas à origem, à geração, às condições sociais e às experiências de seus moradores.

Da mesma forma, a valorização das referências locais não deve limitar as oportunidades de acesso a conhecimentos e manifestações culturais de outras regiões.

A função da escola envolve ampliar horizontes, e não restringir os estudantes ao universo que já conhecem.

O território pode constituir ponto de partida para a investigação, mas não deve representar o limite da formação educativa.

Superar esses desafios exige planejamento coletivo, articulação curricular e reconhecimento da importância das experiências comunitárias na construção do conhecimento.

10. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise desenvolvida neste artigo evidencia que a relação entre educação, memória e território oferece possibilidades relevantes para a construção de práticas pedagógicas contextualizadas e críticas.

As contribuições de Santos (1996) permitem compreender o espaço como resultado de relações sociais e processos históricos. Halbwachs (1990) contribui para reconhecer a dimensão coletiva da memória, enquanto Freire (1996) destaca a importância dos conhecimentos produzidos nas experiências dos educandos.

Gruenewald (2003), por sua vez, amplia essa discussão ao apresentar fundamentos para uma educação que considera os lugares como dimensões importantes da experiência humana e da formação crítica.

A articulação dessas perspectivas permite reconhecer que os territórios não constituem apenas cenários nos quais a educação acontece.

Eles apresentam histórias, relações, problemas e conhecimentos que podem ser investigados por meio de diferentes componentes curriculares.

Entretanto, a utilização pedagógica das experiências locais exige rigor metodológico e atenção à diversidade das narrativas.

A memória coletiva não deve ser apresentada como representação definitiva do passado, tampouco a valorização comunitária pode substituir o acesso aos conhecimentos científicos e culturais sistematizados.

A importância dessas práticas reside na possibilidade de estabelecer relações entre as experiências dos estudantes e processos históricos, sociais e ambientais mais amplos.

A escola também participa da construção da memória territorial, reunindo trajetórias individuais e coletivas que contribuem para a história das comunidades.

Reconhecer essa dimensão permite compreender a instituição educativa não apenas como espaço de transmissão de conhecimentos, mas também como participante das transformações sociais.

Conclui-se que valorizar a memória e o território não significa voltar a educação exclusivamente para o passado ou restringi-la à realidade imediata.

Significa reconhecer que a compreensão do mundo pode começar pela investigação dos lugares onde a vida acontece, estabelecendo relações que ultrapassem suas fronteiras.

Uma educação que ignora as histórias dos sujeitos corre o risco de apresentar o conhecimento como algo distante de suas experiências. Por outro lado, uma educação que transforma essas experiências em objeto de investigação pode contribuir para ampliar a compreensão da realidade e das possibilidades de participação social.

Conhecer o território é também compreender que os lugares não são apenas herdados: são continuamente construídos pelas relações humanas.

REFERÊNCIAS

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GRUENEWALD, David A. Foundations of place: a multidisciplinary framework for place-conscious education. **American Educational Research Journal**, v. 40, n. 3, p. 619-654, 2003. DOI: .

GRUENEWALD, David A. The best of both worlds: a critical pedagogy of place. **Educational Researcher**, v. 32, n. 4, p. 3-12, 2003. DOI: .

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva.** São Paulo: Vértice, 1990.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço:** técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1996.



https://doi.org/10.52078/8mwejh64

ISSN 2675-2573

COORDENAÇÃO:

Prof. Dr. Manuel Francisco Neto

Profa. Ma. Maria Mbuanda Caneca Gunza Francisco

Profa. Esp .Vilma Maria da Silva

AUTORES(AS):

Alberto Praia Tchinhama
António Evaristo
Faustino Moma Tchipesse
Miguel Divovo
Félix Osvaldo Ferreira Chingolo
Fernando Massi Argentino
Fernando Pascoal da Silva
Elisa João Esteves Cazola
Ondina Francisco Futa
Glaucimer Silva Batista de Almeida
Joana Cristina de Barros
Joice Pereira Marques
José António Afonso Joaquim
José Miguel Kissanga Vunge
Manuel Francisco Neto
Maria Mbuanda Caneca Gunza Francisco
Maria Angela Ferreira Oliveira
Maria Madalena Sampaio Silva
Marissol Caetano Ferreira de Fonte
Marli Aparecida Rosa
Milton Gil Zaia Jacinto
Natalia Gordiano
Nayane Brito Veras Godinho Hermisdorf
Ngombo Rodrigues Lucau
Heidi Morais Quimuanga
Casimiro Manuel Agostinho
Pedro Isaac
Mateus Queiroz Tchamolehã
Rafaela Gois Zirpolo
Roseli Brito Tenório Ramos
Rosemeire de Araujo Fonseca
Sabino Lázaro Argentino
Santos Kulua João
Tatiana Miranda Lima
Vasco Fragata Moniz
Vernete Nginga Sebastião
Violeta Ana Jaime da Silva André
Walter Albino António Sassoma
Wilder Dala Quinjango
Zacarias Kameia

Indexadores:

Crossref · CiteFactor Academic Scientific Journals · Google Acadêmico · sumários.org Sumários de Revistas Brasileiras

Filiada à:

ABEC BRASIL Associação Brasileira de Editores Científicos · ISSN International Standard Serial Number Brazil · ibict Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia · doi

Produzida exclusivamente com utilização de softwares livres

debian · Scribus Desktop Publishing · LibreOffice The Document Foundation · gimp · Inkscape · Platform & workflow by OJS / PKP

Parceiros:

VAKUETO TUDILONGUI

ISPO ZANGO